

O PROCESSO ANALÍTICO DA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INFERIDO PELO CONJUNTO CFESS/CRESS

THE ANALYTICAL PROCESS OF EDUCATION CONCEPTION INFERRED BY THE CFESS/CRESS

André Monteiro Moraes¹
Moema Amélia Serpa Lopes²

RESUMO

Este trabalho visa recuperar as discussões acerca da concepção de educação defendida no interior da categoria a partir das contribuições do conjunto CFESS/CRESS através de documentos como o Parecer Jurídico 23/2000; a brochura Serviço Social na Educação (2001); os Subsídios para o debate sobre o Serviço Social na Educação (2011); os Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação (2013). É um trabalho baseado no método crítico dialético que permitiu considerar a importância da compreensão da categoria sobre educação em consonância com o seu projeto ético-político atual, na tentativa de ruptura com uma atuação conservadora e em prol de uma nova ordem social.

Palavras-chave: Serviço Social; Educação; Concepção.

ABSTRACT

This work aims to recover the discussions about the conception of education defended within the category from the contributions of the CFESS/CRESS group through documents such as Legal Opinion 23/2000; the brochure Social Service in Education (2001); Subsidies for the debate on Social Work in Education (2011); Subsidies for the Performance of Social Workers in Education Policy (2013). It is a work based on the critical dialectical method that allowed considering the importance of understanding the category of education in line with

¹ Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Mestre e Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Conselheiro do CRESS/PB – 2020/2023, membro da Subcomissão de Educação da Seccional de Campina Grande – PB e do Grupo de Pesquisas e Estudos sobre Trabalho e Proteção Social – GETRAPS/UEPB. E-mail: andre.monteiro063@gmail.com

² Professora Associada com dedicação exclusiva da Universidade Estadual da Paraíba. Graduação, Mestrado e Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (2009). Docente da Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba. Coordenadora do Grupo de Pesquisas e Estudos sobre Trabalho e Proteção Social - GETRAPS, realizando estudos e pesquisas sobre Trabalho, Trabalho Profissional e Serviço Social. E-mail: serpamoema@gmail.com

O PROCESSO ANALÍTICO DA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INFERIDO PELO CONJUNTO CFESS/CRESS

its current ethical-political project, in an attempt to break with a conservative action and in favor of a new social order.

Keywords: Social Work; Education; Conception.

1. INTRODUÇÃO

A realidade da Educação, enquanto política, na atualidade é vista conforme o seu permanente processo dual em que a sua universalidade ainda é limitada, seu caráter permanece seletivo e tem passado por uma série de mudanças na sua estrutura, legalidade e funcionamento. Os “novos rumos” da educação – como ficou emblemático nos discursos políticos para o século XXI – continuam marcados pela “preocupação” dos organismos internacionais com os índices de analfabetismo, evasão escolar e falta de acesso à formação institucionalizada.

Essa conjuntura sócio-política e econômica do Brasil via Política de Educação, favoreceram a requisição da categoria profissional para atuar no espaço escolar, bem como, a formação desses/as profissionais e a própria organização política, nesse período em específico, possibilitaram, no campo teórico e prático, que os/as assistentes sociais pudessem compreender melhor as demandas emergentes nesse espaço sócio ocupacional, assim como rever métodos para sua atuação, nesse cenário cada vez mais desafiador.

Assim, no decorrer do processo de institucionalização da profissão e de seu amadurecimento teórico e político o Serviço Social passa a ocupar com maior centralidade à esfera da educação básica e a própria categoria passa a compreender seu papel, a política em que está inserido e os desafios para atuação frente os determinantes do capital. Fruto desse processo político está a organização da categoria a partir das entidades representativas, o conjunto CFESS/CRESS, que por meio do seu processo histórico criou ferramentas teóricas consistentes para nortear o trabalho profissional de assistentes sociais na educação, permitindo que a categoria reconheça-se como membro ativo, útil e necessário para nesta política pública.

As reflexões que desenvolvemos aqui, são contribuições teóricas iniciadas na dissertação de mestrado intitulada: A concepção de educação dos assistentes sociais da rede

O PROCESSO ANALÍTICO DA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INFERIDO PELO CONJUNTO CFESS/CRESS

municipal de ensino de Campina Grande – PB. Aqui objetivamos recuperar as discussões acerca da concepção de educação defendida no interior da categoria a partir das contribuições do processo histórico e político das entidades representativas de assistentes sociais, o conjunto CFESS/CRESS através dos documentos: Parecer Jurídico 23/2000; a brochura intitulada Serviço Social na Educação (2001); Subsídios para o debate sobre o Serviço Social na Educação (2011); Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação (2013).

Obviamente, e não menos importante, trouxemos breves considerações acerca da Política de Educação interpoladas com a história do Serviço Social, para sinalizarmos o trabalho do/a assistente social na educação básica. A nossa aproximação com o método crítico dialético apresenta as particularidades do espaço sócio ocupacional da educação, suas contradições e desafios para o Serviço Social. Permitiu-nos, também, ainda que com limitações, concluir que a concepção de educação, na perspectiva crítica, é capaz de fomentar uma atuação de maneira propositiva e interventiva com ideais contra hegemônicos e de caráter emancipatório, assim como é possível reconhecer que política de educação é um meio para realização de uma nova ordem social.

2. PRELÚDIOS DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: CONSTRUÇÕES TEÓRICAS E IDEOPOLÍTICAS

No campo educacional, o Serviço Social surgiu em 1906, nos Estados Unidos, quando os Centros Sociais designaram visitadoras para estabelecer uma ligação com as escolas do bairro, a fim de averiguar por que as famílias não enviavam seus filhos à escola, as razões da evasão escolar ou a falta de aproveitamento das crianças e a adaptação destas à situação da escola. O mesmo trabalho ocorria na Europa junto ao campo assistencial que atendia a crianças abandonadas ou órfãs, mães solteiras, colocação em lares substitutos ou para adoção e serviços em instituições fechadas (VIEIRA, 1977, p. 67 *apud* PIANA, p. 123).

Em vários países, ocorria o atendimento às crianças e suas famílias que não recebiam orientações necessárias para seu desenvolvimento e muitas eram vítimas de maus-tratos por parte dos pais ou responsáveis. Outros trabalhos na área escolar eram especializados no setor

O PROCESSO ANALÍTICO DA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INFERIDO PELO CONJUNTO CFESS/CRESS

da saúde, resolvendo problemas de aprendizagem relacionados à saúde dos alunos (VIEIRA, 1977, p.67 *apud* PIANA, 200, p. 124).

No Brasil, o Serviço Social surge no contexto de industrialização do país, no marco da consolidação do trabalho livre e do mercado de trabalho, que tem em sua particularidade o surgimento das latentes expressões da questão social. Tais expressões são fruto de um processo histórico secular escravocrata, de “superexploração” da força de trabalho e do processo de industrialização vivido no século XX. Assim, na década de 1930, “vinculado à Igreja Católica, parte das estratégias de qualificação do laicato [...], em sua missão de apostolado junto à família operária” registra-se as origens do Serviço Social (IAMAMOTO, 2019, p. 42).

Durante as primeiras décadas de inserção do Serviço Social no Brasil, no que diz respeito à teoria social, a profissão teve como referência o posicionamento social da Igreja Católica e o pensamento conservador. A influência das encíclicas papais pela abordagem franco-belga, as análises funcionalistas norte-americanas como as metodologias de ação de caso, grupo e comunidade e o pensamento de São Tomás de Aquino, imprimiram na profissão um caráter de apostolado implicando a análise da “questão social” como problema moral e religioso intervindo no comportamento da formação da família e do indivíduo a fim de integrá-los à sociedade vigente (LARA, 2009).

Esse período tem como marcas, no governo de Getúlio Vargas (1930-1934), a primazia por uma política econômica - marcada pela transição de um modelo socioeconômico agroexportador dependente para o modelo nacional desenvolvimentista baseado na industrialização - que já apontava mudanças sociais, trabalhistas e políticas [partidárias]. No que diz respeito à área educacional, essa época traz significativas transformações, quer pelos movimentos dos educadores, pelas contestações civilizatórias, quer pelas iniciativas governamentais e/ou pela expansão dos interesses da burguesia pelo acesso a uma educação própria [voltada à elite].

Reforça-se, assim, a educação dual, latente desde o período colonial, e reafirma-se a inferioridade de grande parcela da população com o analfabetismo. Além disso, a inserção populacional nos centros urbanos e a necessidade de mão-de-obra no mercado de trabalho impulsiona a busca por conhecimentos que favorecessem o acesso dessa população analfabeta

O PROCESSO ANALÍTICO DA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INFERIDO PELO CONJUNTO CFESS/CRESS

às instituições escolares e, lança-se no país, a influência de movimentos sociais em defesa de um novo cenário educacional nacional (SAVIANI, 2019).

Diante desse contexto de mudanças a Constituição Federal de 1934 passa a incorporar uma regulamentação da educação, que pela primeira vez, estabelece “a educação como direito de todos; a obrigatoriedade da escola primária integral; a gratuidade do ensino primário; a assistência aos estudantes necessitados” (PILETTI; PILETTI, 2000, p. 235).

Instaura-se, nesse bojo analítico, a demanda social da Política de Educação e a educação passa a ser uma das demandas de fomento da classe trabalhadora (BARBOSA, 2015).

Durante esse período era desafiador, para os/as filhos/as do/as trabalhadores/as, entrar e permanecer na escola, com isso a evasão escolar, o analfabetismo, o índice de reprovação, a baixa frequência toma grandes proporções e os/as alunos/as passavam a ser mensurados de acordo com o seu desempenho escolar. Nesse contexto, a escola é compreendida como espaço de ação social em que tem o dever de prestar informações sobre a vida dos alunos, traçando elementos positivos de caráter, personalidade da criança no seu meio familiar, a fim de educá-lo para o ajustamento social (SOUZA, 2008).

Para Souza (2008), a família era considerada responsável pelo “desajustamento” da sociedade, pela ineficiência da criação das crianças. Compreendendo a escola como espaço disciplinador, o Serviço Social passa a contribuir nessa relação entre criança, família, escola e sociedade criando um ambiente fiscalizatório. Pois, segundo Pinheiro (1985), o Assistente Social era o profissional ideal para dar o diagnóstico sócio familiar e escolar dos alunos.

Na década de 1940 várias medidas na Política de Educação são feitas para tentar fazer com que o país pudesse avançar economicamente, no sentido da industrialização, fazendo com que não só as crianças, mas os adultos fossem “alvo” das novas façanhas políticas pedagógicas. Ainda assim, as ações empreendidas na educação brasileira não surtiram efeitos na erradicação do analfabetismo, pois o mesmo era visto como causa e não como efeito da situação econômica, social e cultural do país (ROMANELLI, 2010). Nesta mesma década, o Serviço Social modifica-se dentro do aparelho estatal, porém guarda suas características fundamentais educativas e doutrinárias de enquadramento da população, via atividade metódica e burocrática (IAMAMOTO & CARVALHO, 2008).

O PROCESSO ANALÍTICO DA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INFERIDO PELO CONJUNTO CFESS/CRESS

Conserva-se na profissão a ação voltada ao ajustamento dos indivíduos e assume na escola a função de observar as “deficiências de caráter”. Uma vez identificadas, a escola tinha a condição de facilitar o tratamento educativo para esse desajuste. Na tentativa de adequar os alunos a uma determinada “deficiência” (moral, de caráter, etc.) estes, por sua vez, acabavam sendo culpados por sua miserabilidade. Ao Serviço Social cabia selecionar as qualidades morais e capacidade de adaptação social dos indivíduos num processo de orientação de aptidões ou reajustes das mal adaptadas (PINHEIRO, 1985).

O final dos anos 1940 demarcam, nos estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul, os primeiros debates acerca do Serviço Social Escolar (assim chamado na época) que sinalizavam “atividades voltadas à identificação de problemas sociais emergentes que repercutissem no aproveitamento do aluno [...] e ações que permitissem a adaptação dos escolares a seu meio e o equilíbrio social da comunidade escolar” (PIANA, 2009, p. 124).

Na década de 1950, o Serviço Social mantém o direcionamento profissional conservador influenciado pelas teorias das ciências sociais conservadoras. Sua aproximação com os fundamentos da teoria da modernização, aventuradas no cenário de desenvolvimentismo no Brasil, torna seus profissionais agentes importantes no enfrentamento da “questão social” ampliando seu campo de intervenção, principalmente nos setores populares (LARA, 2009).

No cenário educativo, essa época respalda-se na centralidade do adulto analfabeto, que, por ser visto como incapaz e marginalizado, recebia o mesmo tratamento social, psicológico e pedagógico destinado às crianças. Assim, a mobilização em favor da educação de adultos e jovens se intensifica, junto à luta pelo seu direito ao voto (AMMANN, 2003).

Coube ao Serviço Social, nesse contexto, assumir um trabalho voltado às comunidades, aproximando-se com as pautas populares e engajamento político na assistência ao estudante carente para o seu acesso e permanência à escola, na insistente tentativa de diminuir o analfabetismo no país e na defesa de melhor qualidade de vida da classe trabalhadora (BARBOSA, 2015).

A década de 1960, apesar de alguns avanços trazidos na esfera educativa, como a homologação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/61, caracterizada pelo estabelecimento de novas normas para a educação de jovens e adultos, a difusão de

O PROCESSO ANALÍTICO DA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INFERIDO PELO CONJUNTO CFESS/CRESS

ideias acerca da educação popular, a busca pela democratização da educação básica e demais movimentos que “primavam pelo estabelecimento de um sistema de igualdade e oportunidades educacionais” (AMMANN, 2003, p. 64), sofre tensões e rupturas com a ditadura militar de 1964.

As atividades desenvolvidas pelos/as assistentes sociais no âmbito educacional, principalmente no processo educativo das famílias da classe trabalhadora, na segunda metade da década de 1960, voltam-se diretamente aos/as alunos/as que apresentavam comportamentos que interferiam na aula ou estavam com um rendimento escolar insuficiente. Estavam presentes no processo de mediação entre os/as professores/as e demais envolvidos na escola acerca das dificuldades apresentadas pelos/as alunos/as, num consenso de informações acerca das atividades que deveriam ser desenvolvidas com esse público ou na mudança de práticas pedagógicas no trato dos/as professores/as (SOUZA, 2008).

Nota-se que o cenário apresentado, no final dos anos 1960, é distinto daquele em que se moveu a profissão desde a década de 1930. Porém, o Serviço Social, até meados dos anos 1970, apresentou “uma vinculação ideológica por subordinação ou opção ao projeto político do Estado legitimando a ordem vigente” (PIANA, 2009, p. 125).

A perspectiva desenvolvimentista dos governos militares, na qual prevalece a visão tecnicista da educação, que passa a ganhar força, junto ao cerceamento da liberdade de expressão abateu-se sobre o processo educacional brasileiro (da formação dos professores, ao currículo escolar, até chegar nos “custos” da educação para o país) acrítico com a formação do cidadão (SAVIANI, 2019).

E o Serviço Social, sob a tutela da ditadura militar, estava impossibilitado de questionar problemas econômicos, sociais e políticos do cenário nacional e, assim, inicia-se uma série de indagações sobre o objeto, os objetivos, os métodos e os processos metodológicos da profissão dando início ao movimento de reconceituação. Permeada pela dinâmica social que vislumbrava anseios políticos progressistas, a categoria se aproxima de movimentos sociais, de grupos universitários de esquerda, de perspectivas teóricas críticas e questionaram o tradicionalismo na profissão (LARA, 2009), logrando, posteriormente, suas críticas.

O PROCESSO ANALÍTICO DA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INFERIDO PELO CONJUNTO CFESS/CRESS

O processo de democratização no Brasil, teve uma característica peculiar de caráter lento e gradual, além da época ser marcada por diversos problemas sociais como desemprego, miséria, analfabetismo, mortalidade infantil, aumento do combustível, etc. Tais expressões propiciaram o movimento de reivindicações populares.

Como trata-se de um período em que ainda está instaurado o regime militar, alguns “eventos”, como o retorno dos exilados e a conquista “parcial” de liberdade de expressão, somaram-se à avalanche de ideias políticas e sociais de cunho progressista que acabaram afetando a história da Política de Educação brasileira, que sempre foi marcada pelo dualismo entre a tendência propedêutica e a formação da mão-de-obra destinada às classes econômicas distintas reproduzindo o distanciamento entre abastados e trabalhadores.

No final da década de 1970 e início de 1980, no âmbito educacional, destacam-se principalmente o protagonismo feminino na reivindicação do seu espaço no mercado de trabalho e assistência à criança pequena em idade pré-escolar. Nesse espaço, destinado à educação infantil, o/a assistente social foi requisitado/a para contribuir, na sua dimensão socioeducativa, com a inserção de temas que pudessem ampliar as vivências culturais das crianças (ANDRADE, ANDRADE, OLIVEIRA, 2008 apud BARBOSA, 2015).

Dessa forma, o Serviço Social deveria articular família, dinâmica societária, abordagens individuais e grupais, assim como organizar eventos culturais e contribuir com a disponibilização de espaços para diálogo e escuta (Idem). A categoria profissional passa a dar uma nova visibilidade à sua atuação no espaço escolar, haja vista, as contribuições do momento histórico que possibilitaram dedicar-se à sua crítica interna.

A década de 1980, para o Serviço Social, demarca o desafio de novas mudanças a ponto de “se exigir”:

[...] um profissional qualificado, que fornece e amplia a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliado as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade. O novo perfil que busca construir é de um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo, inventivo, capaz de entender o “tempo presente, os homens presentes, a vida presente” e nela atuar, contribuindo, também, para moldar os rumos da história (IAMAMOTO, 2011, p. 49).

O PROCESSO ANALÍTICO DA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INFERIDO PELO CONJUNTO CFESS/CRESS

Essas mudanças inflexionaram, também, no âmbito da formação profissional, uma vez que a categoria foi requisitada a dar respostas à realidade social da época. Assim sendo, o Serviço Social, dado influências e determinações históricas se aproximou à teoria social crítica passando a ser estudada com maior aprofundamento pelos/as assistentes sociais (LARA, 2009). Na segunda metade da década de 1980 os debates e lutas por direitos sociais e a aproximação da profissão com a teoria marxista proporcionou um maior questionamento sobre o trabalho profissional dos/as assistentes sociais.

Compondo a equipe multidisciplinar (pós-CF/88) das escolas, os/as assistentes sociais, passam a adotar posturas mais críticas e indagativas acerca da relação sociofamiliar que os/as alunos/as integram a fim de não atuarem apenas no campo ilustrativo dos aspectos quantitativos (SOUZA, 2008) de alunos/as frequentes e faltosos/as.

O Serviço Social passa a ser reconhecido, principalmente nas instituições escolares, como profissão de relevância no processo de execução da política educacional, deixando de atuar nos serviços “paliativos” e “emergenciais”. Os/as profissionais passam a “identificar e propor alternativas de enfrentamento dos fatores sociais, econômicos, políticos e culturais que interferem no sistema educacional” (PIANA, 2009, p. 126).

A década de 1990 marca, para o Serviço Social, grandes mudanças no interior da profissão que ligada à perspectiva crítica, “como referência para a análise da sociedade burguesa e da profissão”, imprimindo “uma nova direção social ao pensamento e ao trabalho profissional” (RAICHELLIS, 2019, p. 79), passa a assumir uma nova dimensão do seu trabalho, da sua maneira de atuar, do respaldo ético e político que deve fomentar o seu exercício profissional.

Segundo Ricardo Lara (2009), a aproximação do Serviço Social com a tradição marxista, na década de 1990, proporcionou para a formação desse profissional avanço no quesito “investigativo” ultrapassando o caráter de mero executor de políticas, programas e projetos sociais a planejadores e gestores de políticas sociais fazendo crescer, inclusive, o material bibliográfico da profissão na área.

Procurou-se, então, instrumentalizar a categoria profissional frente aos impasses provocados na sociedade via processos de globalização e o projeto de via neoliberal, capazes de imprimir mudanças nas relações sociais e na organização da vida social. Neste contexto,

O PROCESSO ANALÍTICO DA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INFERIDO PELO CONJUNTO CFESS/CRESS

foi aprovado em 13 de março de 1993 o novo Código de Ética do Serviço Social com um amplo debate acerca da formação profissional desencadeando a Lei de Regulamentação da Profissão – Lei n. 8.662 de 7 de junho de 1993, concretizando também as Diretrizes Curriculares de 1996, compondo fundamento essencial à materialização do Projeto Ético-Político.

Essa trajetória, juntamente com as transformações societárias desencadeadas pós 1990 colocam novas exigências ao Serviço Social, seja no que diz respeito à intervenção profissional como em relação ao seu campo de conhecimento (LARA, 2009).

Também foi notável, ao Serviço Social, o interesse crescente em compreender como se dá o trabalho de assistentes sociais na Política de Educação, seja pelo aspecto teórico-metodológico; pela requisição desses profissionais para atuar na equipe multidisciplinar das escolas; pela possibilidade de campos de estágio; e/ou no âmbito de assessorias da política em níveis estadual e nacional (PIANA, 2009).

Esse interesse possibilitou um maior debate da categoria na educação, como viabilizou lutas em prol da consolidação do seu trabalho na educação básica, sobretudo no seu reconhecimento junto de outras categorias profissionais como profissionais importantes ligados à Política de Educação.

3 A COMPREENSÃO DE UMA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO CRÍTICA POR PARTE DO CONJUNTO CFESS/CRESS

O processo histórico de incidência política da categoria, por meio dos órgãos representativos de assistente sociais – Conselho Federal e Regional de Serviço Social – o Conjunto CFESS/CRESS, insere-se no debate do Serviço Social na Educação de forma mais sistemática através de lutas da categoria a partir do ano 2000. Como destaque dessa iniciativa, temos a produção do Parecer Jurídico 23/2000 que traz contribuições atinentes à implantação do Serviço Social na Educação Básica (CFESS, 2013).

Ao fazer análise de documentos e Projeto de Lei nº 3688/2000 (PL), que propõe a implantação do Serviço Social nas escolas, o parecer mostra-se favorável à magnitude do PL alegando que o Serviço Social, diante de suas funções, teria a atribuição para analisar e

O PROCESSO ANALÍTICO DA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INFERIDO PELO CONJUNTO CFESS/CRESS

diagnosticar as causas dos problemas sociais “objetivando atuar nestas questões, preventivamente, de forma a saná-las ou atenuá-las” (CFESS, 2001, p. 22).

Essa articulação política, da categoria, possibilitou a criação do Grupo de Estudos sobre Serviço Social na Educação – composto por conselheiras do CFESS, em 2001. A partir daí foi construída a brochura intitulada Serviço Social na Educação. A brochura visa contribuir com o processo de discussões feitas, desde a década de 1990, acerca do Serviço Social na Educação por intermédio de alguns estudiosos como Ney Luiz Teixeira de Almeida e dos relatos de experiências registradas na área educacional (CFESS, 2001).

Neste documento, preliminar ao Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Educação, são registradas as considerações acerca dos eixos fundamentais que possibilitaram identificar a contribuição da categoria no espaço escolar trazendo relevância para o papel que a educação tem ocupado no contexto de adaptação do Brasil à globalização; o movimento interno da categoria – de redefinição do campo educacional para estratégia de sua atuação profissional. Além de analisar as novas configurações da educação, enquanto Política Social, e suas respectivas alterações na década anterior.

A partir das reflexões contidas nesse documento sobre Serviço Social na Educação, podemos compreender, considerando os aspectos conjunturais dos anos 1980 e 1990 com as mobilizações sociais e populares e a avassaladora intensiva neoliberal, a função social da escola, enquanto espaço de “complexidade da realidade social” e de “concretização dos problemas sociais” (CFESS, 2001).

O espaço educacional se depara com o grande desafio de enfrentamento das expressões da questão social e acaba confrontando a realidade posta e os desafios de enfrentá-la a partir das demandas que surgem, num cenário cada vez mais caótico de desresponsabilização do Estado naquilo que é seu dever constitucional – não só o acesso do aluno à escola, mas de sua permanência.

No espaço sócio ocupacional da escola os/as assistentes sociais passam a desenvolver diversas atividades técnicas como pesquisa socioeconômica e familiar; elaboração e execução de programas de orientação sócio familiar; participação em equipe multidisciplinar; articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias; realização de visitas sociais; elaboração e desenvolvimento de programas específicos para

O PROCESSO ANALÍTICO DA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INFERIDO PELO CONJUNTO CFESS/CRESS

classes especiais e demais atividades correlatas à lei que regulamenta a profissão (CFESS, 2001).

Para além dessas atividades pertinentes aos profissionais do Serviço Social e de inúmeras possibilidades de atuação, a brochura do CFESS (2001) destaca três grandes dimensões de intervenção possíveis no âmbito educacional, em contexto escolar:

- 1) a escola e o espaço social a que pertence – centraliza aqui o desafio em articular o conhecimento passado pela escola, com a realidade social em que a escola se insere, com organizações ou conselhos para compreender e intervir;
- 2) a escola como espaço de inclusão social – nesta dimensão o maior desafio está na universalidade e qualidade do acesso e permanência à educação. “Tornar” uma escola inclusiva é estarem atentas às diversas formas de exclusão que os/as alunos/as estão sujeitos/as (cor, credo, classe social, orientação sexual, gênero, necessidades especiais, etc.). Nesta instância o Serviço Social pode desenvolver projetos que atendam às necessidades específicas de cada região seja no trato à violência, discriminação, acessibilidade, etc. juntamente com outros órgãos, secretarias, etc.;
- 3) a escola como instância de gestão democrática – nesta dimensão a ênfase é dada às instâncias representativas (conselhos escolares, grêmios estudantis, etc.), o Serviço Social contribuirá no processo de articulação entre a escola e comunidade em parceria com as outras categorias inseridas no espaço escolar viabilizando o seu Projeto Político Pedagógico.

Além disso, outras atividades contribuíram para a sensibilidade política da categoria na educação, como o parecer social elaborado, a pedido do CFESS, pelo professor Dr. Ney Luiz Almeida sobre os projetos de lei que discutiam a inserção do/a assistente social na área da educação; a instituição de comissão de trabalho formada por representantes dos CRESS; a constituição do Grupo de Trabalho Serviço Social na Educação, em 2006, aprovada no 35º Encontro Nacional; posteriormente, deram-se as reuniões do GT Serviço Social na Educação;

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 31, 2022.

O PROCESSO ANALÍTICO DA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INFERIDO PELO CONJUNTO CFESS/CRESS

a sistematização das leis e projetos de lei acerca do Serviço Social na Educação no âmbito municipal, estadual e nacional; elaboração da metodologia para o levantamento de dados referente à inserção de assistentes sociais na Política de Educação e a sistematização dos dados coletados, além da produção e socialização do documento “Subsídios para o debate sobre o Serviço Social na Educação”.

Este documento parte de um acúmulo teórico e político já organizado durante duas décadas sobre a inserção dos Assistentes Sociais na Educação, visando contribuir com a reflexão sobre uma concepção de educação coerente com o projeto ético-político da categoria (CFESS, 2011). O material traz uma abordagem robusta acerca dos impactos do Neoliberalismo, com o Banco Mundial, na Política de Educação e do levantamento sobre o trabalho do/a assistente social na educação.

Na abordagem acerca do levantamento sobre o trabalho do assistente social na educação foi feito um questionário, aos assistentes sociais, que pudesse dar respostas sobre a concepção de educação que orienta as experiências de trabalho do/a assistente social. Alguns desses profissionais utilizaram das legislações sociais – LDB e ECA - como aportes para concepção de educação; outro grupo sinalizou alguns autores como referência para a concepção de educação revelando um determinado acúmulo existente no debate; e uma terceira análise, de forma mais precisa, trouxe algumas reflexões acerca da educação como dimensão da vida social e relacionada aos processos sociais (CFESS, 2011).

Em linhas gerais

não se expressa na área da educação um consenso em torno da concepção de educação que orienta o trabalho do/a assistente social [...]. Por outro lado, é possível observarmos que a tradição teórica, política e profissional no âmbito das políticas sociais contribui para um olhar particular no exame da educação e de seu entrelaçamento com as demais políticas públicas e com os direitos sociais e humanos (CFESS, 2011, p. 38).

Ainda assim, as mediações “enviesadas”, acerca da concepção de educação por parte da categoria, estabelecem uma aproximação com o debate, com as lutas políticas e com a tentativa de compreender a inserção do/a profissional do Serviço Social na educação, mostrando um avanço do debate no interior da profissão. A função do Serviço Social antes compreendida por diversos estudiosos, como meio de ajustamento dos indivíduos, que as

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 31, 2022.

O PROCESSO ANALÍTICO DA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INFERIDO PELO CONJUNTO CFESS/CRESS

principais demandas estavam alicerçadas no combate ao analfabetismo, evasão escolar e indisciplina, já vem sendo superada.

Frente aos desafios postos e o avanço das discussões e debates no âmbito da categoria, o Conjunto CFESS-CRESS disponibiliza, em 2013, o “Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação”. Este documento está estruturado a partir da concepção de educação que deve orientar a atuação profissional, assim como as competências e atribuições do/a assistente social, além das dimensões, particularidades e estratégias para inserção, atuação e consolidação do exercício profissional no âmbito da educação (CFESS, 2013).

Depreendeu-se no documento que é necessário, antes de tudo, perceber que as demandas apresentadas aos/às assistentes sociais não são específicas da educação, nos seus mais diversos espaços institucionais, nem específicos das modalidades de ensino, tampouco limitadas aos estabelecimentos educacionais. Mas, são demandas resultantes das contradições provocadas pelo sistema capitalista, sendo acionadas, também, por instituições diversas - poder judiciário, empresas, movimentos sociais, entre outras (CFESS, 2013).

Para tanto, é imprescindível, no que diz respeito à concepção de educação, compreendê-la como

Um complexo constitutivo da vida social, que tem função social importante na dinâmica da reprodução social, ou seja, nas formas de reprodução do ser social, e que numa sociedade organizada a partir da contradição básica daqueles que produzem a riqueza social e aqueles que exploram os seus produtores e expropriam sua produção. Este complexo assume predominantemente o caráter de assegurar a reprodução dos contextos sociais, das formas de apreensão do real, do conjunto de habilidades técnicas, das formas de produção e socialização do conhecimento científico que reponham contínua e amplamente as desigualdades entre as classes fundamentais e as condições necessárias à acumulação incessante (CFESS, 2013, p. 16).

Esse complexo acaba integrando práticas sociais que possibilitam a continuidade de determinadas formas de ser [dos indivíduos], particularizando determinada sociabilidade. Neste caso, compreendendo sua inserção no sistema vigente, a sua função social “é marcada pelas contradições, pelos projetos e lutas societárias e não se esgota nas instituições educacionais, embora tenha nelas um espaço privilegiado de objetivação” (Idem).

O PROCESSO ANALÍTICO DA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INFERIDO PELO CONJUNTO CFESS/CRESS

Tendo em vista que a educação é tida como “complexo constitutivo da vida social com função importante na reprodução do ser social” ela, vista de forma crítica dialética, não pode ser compreendida sem sua relação com o trabalho (CFESS, 2013). Tomando como ponto de partida, a teoria marxiana, que o trabalho é o que funda o ser social coaduna com a lógica de que não existe atividade humana da qual se possa excluir toda/qualquer atividade intelectual. Portanto, “para pensar a educação é preciso tomar a realidade na perspectiva da totalidade, compreender que as diferentes dimensões que compõem a vida social mantêm com o trabalho uma relação de dependência ontológica [...]” (CFESS, 2013, p. 17).

O documento sinaliza que a sociedade do capital se nutre por meio do processo de alienação que converte o trabalhador e o seu trabalho em coisa, por meio da venda de sua força de trabalho. Para isso, as instituições cumprem com o papel fundamental e decisivo nesse processo contribuindo para a internalização dos consensos, mas podem instaurar medidas contra hegemônicas, por meio da emancipação política (CFESS, 2013).

Mais adiante, o documento faz menção ao significado da educação escolarizada e da política de educação, por sua vez, resultante de “formas historicamente determinadas de enfrentamento das contradições que particularizam a sociedade capitalista pelas classes sociais e pelo Estado, conformam ações institucionalizadas em resposta ao acirramento da questão social” (CFESS, 2013, p. 19). A história da Política de Educação no Brasil é marcada pela forma de educação dual com finalidades distintas para classes distintas, isso “evidencia como as desigualdades sociais são reproduzidas e hoje buscam incluir na educação escolarizada contingentes da classe trabalhadora” (Idem).

A análise do documento acerca da Política de Educação dá-se por compreender que o seu significado estratégico não foi alterado essencialmente, ainda cumpre com suas funções de produção de consensos, que numa lógica empreendedora capitaneada pelos organismos multilaterais inscreve a educação no processo de desumanização assumindo aparência modernizante. Para o documento do CFESS (2013), a Política de Educação não se estrutura como forma de assegurar modos autônomos de pensar e agir operacionalizando programas assistenciais sob a ideologia de uma educação inclusiva e cidadã.

Portanto, segundo o CFESS (2013) é um desafio para os assistentes sociais atuarem nesses espaços, mas a compreensão dessa dinâmica possibilita a reorientação da direção

O PROCESSO ANALÍTICO DA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INFERIDO PELO CONJUNTO CFESS/CRESS

política de sua atuação, uma vez que é impossível obter uma educação emancipadora sob as condições atuais da [Política de] Educação, enquanto direito social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões do processo histórico e social do Serviço Social na Educação e do que a categoria, através do conjunto CFESS/CRESS, organizou via documentos legais e norteadores, nos deixam claro que fundamentar a concepção de educação, nesse contexto de inserção de políticas públicas e direitos sociais, depende da garantia do respeito à diversidade humana, da afirmação dos direitos humanos, da ruptura com qualquer forma de opressão. A concepção de educação, na perspectiva crítica, é capaz de fomentar uma atuação de maneira propositiva e interventiva com ideais contra hegemônicos e de caráter emancipatório.

Pensar a Política de Educação, a partir da perspectiva crítica, é também, não apartá-la da dinâmica societária vigente, é ressignificar que a defesa da cidadania tem sido essencial, como parte das estratégias de luta da classe trabalhadora, sem dar brecha para uma intervenção profissional capaz de fortalecer o assistencialismo. Não trata-se de um processo idílico, mas de afirmação de uma clara direção política, capaz de reconhecer nesta política pública um meio para realização de uma nova ordem social.

REFERÊNCIAS

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia de Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BARBOSA, M. Q. **A demanda social pela educação e a inserção do serviço social na educação brasileira**. Campinas: Papel Social, 2015.

CFESS. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social na Educação**. Brasília/DF: CFESS, 2001. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao\(2001\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf). Acesso em: dez. 2020.

_____. **Subsídios para atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Brasília/DF: CFESS, 2013.

O PROCESSO ANALÍTICO DA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INFERIDO PELO CONJUNTO CFESS/CRESS

_____. **Subsídios para o debate sobre o Serviço Social na Educação**. Brasília/DF: CFESS, 2011.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social brasileiro em tempos de mundialização do capital. In: YAZBEK, M. C.; IAMAMOTO, M. V. [orgs.]. **Serviço Social na histórica: América Latina, África e Europa**. São Paulo: Cortez, 2019. p. 34-61.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LARA, Ricardo. **A incidência da teórica social crítica no Serviço Social**. Serviço Social e Realidade. Franca. v. 18, n. 1, p. 43-59, 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/andre/Downloads/116-436-1-PB.pdf>. Acesso em: dez. 2020.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do Assistente Social no cenário educacional**. São Paulo: cultura acadêmica, 2009.

PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. **Filosofia e História da Educação**. 15. ed. São Paulo: Ática, 2000.

PINHEIRO, Maria Esolina. **Serviço Social: infância e juventude desvalidas**. São Paulo: Cortez, 1985.

RAICHELLIS, Raquel. O Serviço Social no Brasil: trabalho, formação profissional e projeto ético-político. In: YAZBEK, M. C.; IAMAMOTO, M. V. [orgs.]. **Serviço Social na histórica: América Latina, África e Europa**. São Paulo: Cortez, 2019. p. 62-84.

ROMANELLI, O. **História da Educação no Brasil: 1930-1973**. 32 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 5. Ed. Campinas: SP, Autores Associados, 2019.

SOUZA, Íris Lima. **Serviço Social na educação: saberes e competências necessárias no saber profissional**. 2008. 238f. Tese (doutorado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.